

# Inclusão e Educação

## 5



Danielle H. A. Machado  
Janaína Cazini  
(Organizadoras)

 **Atena**  
Editora

Ano 2019

**Danielle H. A. Machado**  
**Janaína Cazini**  
(Organizadoras)

# **Inclusão e Educação**

## **5**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I37 Inclusão e educação 5 [recurso eletrônico] / Organizadoras Danielle H. A. Machado, Janaína Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inclusão e Educação; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-033-9

DOI 10.22533/at.ed.339191501

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.  
3. Educação inclusiva. 4. Professores – Formação. I. Machado,  
Danielle H. A. II. Cazini, Janaína. III. Série.

CDD 379.81

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Educação e Inclusão: Desafios e oportunidades em todos as séries educacionais” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu V volume, com 20 capítulos, apresentam estudos sobre Formação de professores, Tutoria, Educação a distância, Orientação e Aprendizagem num universo de discentes excluídos como pessoas com deficiência, idoso e risco social.

A Educação Inclusiva é colocada a luz da reflexão social desde 1988 com a Constituição Federal Brasileira onde garante que a educação é um direito de todos e é dever do Estado oferecer Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na Rede regular de ensino. Que adequou as instituições, de maneira geral, a conjeturar estudos, metodologias como alternativas viáveis de inclusão educacional.

Colaborando com essa transformação educacional, este volume V é dedicado ao público de cidadãos Brasileiros que são excluídos socialmente ou por suas deficiências físicas, ou por suas deficiências tecnológicas bem como a Modalidade de Educação a Distância e toda sua beneficência massiva e transformadora da prática educacional, apresentando artigos que: refletem sobre a formação do Professor na perspectiva inclusiva; a Alternativa da Educação a Distância para suprir nas necessidades física, econômicas e sociais; Estudos de casos que apresentam desafios e soluções para os públicos em questão.

Por fim, esperamos que este livro possa fortalecer e clarificar, os leitores sobre as várias modalidades de educação como força motriz para o desenvolvimento e a formação integral do cidadão.

Danielle H. A. Machado  
Janaína Cazini

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR EM PEDAGOGIA: A CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO EM DISCUSSÃO	
<i>Maria Do Rosário de Fátima Brandão de Amorim</i>	
<i>Fabiana Wanderley de Souza Moreira.</i>	
<i>Francyne Monick Freitas da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3391915011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>15</b>
PIBID DIVERSIDADE – POSSIBILIDADES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA	
<i>Márcia Lúcia Nogueira de Lima Barros</i>	
<i>Neiza de Lourdes Frederico Fumes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3391915012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
DESAFIOS DO DOCENTE NA INSERÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS EM SALA DE AULA	
<i>Edivânia Paula Gomes de Freitas</i>	
<i>Leandra da Silva Santos</i>	
<i>Maria Lúcia Serafim</i>	
<i>Meiryllianne Suzy Cruz de Azevedo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3391915013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>35</b>
AS PESQUISAS SOBRE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES QUE ATENDEM ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO	
<i>Francimar Batista Silva</i>	
<i>Celeida Maria Costa de Souza e Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3391915014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>44</b>
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: DO PERFIL A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES	
<i>Francisco Varder Braga Junior</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3391915015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>54</b>
CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO COMO EXERCÍCIO DE SUBJETIVIDADE	
<i>Lúcia Lima da Fonseca</i>	
<i>Alice Abreu</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3391915016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>62</b>
FORMAÇÃO CONTINUADA ATRAVÉS DOS DIÁRIOS DE CLASSE: LUGARES DE MEMÓRIA, FORMAÇÃO E INCLUSÃO DE DISCENTES SURDOS	
<i>Ana Lúcia Oliveira Aguiar</i>	
<i>Stenio de Brito Fernandes</i>	
<i>Charles Lamartine de Sousa Freitas</i>	
<i>Francinilda Honorato dos Santos</i>	
<i>Eliane Cota Florio</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3391915017</b>	



**CAPÍTULO 8 ..... 72**

REFERENCIAIS DE QUALIDADE PARA O PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC) DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD): UMA VISÃO DO MEC

*Mônica Mancini*

*Dirceu Matheus Junior*

**DOI 10.22533/at.ed.3391915018**

**CAPÍTULO 9 ..... 91**

A ESPIRAL DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: A IMPORTÂNCIA DO FEEDBACK NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

*Jeong Cir Deborah Zaduski*

*Ana Lucia Farão Carneiro de Siqueira*

*Denise Gregory Trentin*

*Klaus Schlünzen Junior*

**DOI 10.22533/at.ed.3391915019**

**CAPÍTULO 10 ..... 99**

INCLUSÃO DIGITAL DO IDOSO: DE CASA PARA O MUNDO

*Shirley de Souza Silva*

*Pâmela dos Santos Rocha*

**DOI 10.22533/at.ed.33919150110**

**CAPÍTULO 11 ..... 106**

INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

*Antônia de Araújo Farias*

**DOI 10.22533/at.ed.33919150111**

**CAPÍTULO 12 ..... 116**

REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DO TUTOR VIRTUAL EM CURSOS DE LICENCIATURA EM MÚSICA A DISTÂNCIA

*Patrícia Lakchmi Leite Mertzig Gonçalves de Oliveira*

*Nubia Carla Ferreira Cabau*

*Maria Luisa Furlan Costa*

**DOI 10.22533/at.ed.33919150112**

**CAPÍTULO 13 ..... 127**

OS RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

*Carla Plantier Message*

*Ana Paula Ambrósio Zanelato Marques*

*Raquel Rosan Christino Gitahy*

*Adriana Aparecida de Lima Terçariol*

**DOI 10.22533/at.ed.33919150113**

**CAPÍTULO 14 ..... 137**

CIRCO E ESCOLA: O PROFESSOR COMO PRINCIPAL PERSONAGEM DA TRAMA EDUCACIONAL

*Pedro Eduardo Duarte Pereira*

*Júlia Roberta Gomes de Sá*

*Alexsandra Araújo dos Santos*

**DOI 10.22533/at.ed.33919150114**

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>149</b>
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NUMA PROPOSTA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
<i>Lúcia de Mendonça Ribeiro</i>	
<i>Ionara Duarte de Góis</i>	
<i>Antônio Carlos Silva Costa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.33919150115</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>160</b>
AÇÕES DE APRENDIZAGEM EXPANSIVA PARA APROXIMAR FAMÍLIA E ESCOLA: A AGENDA COMO FERRAMENTA	
<i>Adriane Cenci</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.33919150116</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>172</b>
REFLEXÕES E PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
<i>Marcos Lucena da Fonseca</i>	
<i>Maria do Carmo Barbosa de Melo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.33919150117</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>191</b>
THE HISTORICAL DILEMMA INSIDE ICT IMPLEMENTATION IN EDUCATION: AN INTERCULTURAL AND INTERGENERATIONAL ISSUE	
<i>José Guillermo Reyes Rojas</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.33919150118</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>204</b>
ATENDIMENTO EDUCACIONAL HOSPITALAR E DOMICILIAR: NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DA ESCOLARIZAÇÃO NA INFÂNCIA FRENTE AO ADOECIMENTO CRÔNICO	
<i>Andréia Gomes da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.33919150119</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>217</b>
CONSTRUÇÃO DE UM MATERIAL ALTERNATIVO DE CITOLOGIA: INCLUSÃO EM UM ESPAÇO NÃO-FORMAL DE APRENDIZAGEM	
<i>Miani Corrêa Quaresma</i>	
<i>Edmar Fernandes Borges Filho</i>	
<i>Bianca Venturieri</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.33919150120</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>231</b>
FORMAÇÃO DOCENTE E TRANSFORMAÇÃO: ANALISANDO A FORMAÇÃO A PARTIR DA REALIDADE LOCAL	
<i>Saulo José Veloso de Andrade</i>	
<i>Patrícia Cristina de Aragão</i>	
<i>Antônio Roberto Faustino da Costa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.33919150120</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....	<b>241</b>

## INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

**Antônia de Araújo Farias**

Universidade Estadual da Paraíba-UEPB

antoniaafarias@gmail.com

**RESUMO:** O presente artigo apresenta uma reflexão sobre o direito de acesso e uso das Tecnologias da Informação e Comunicação-TICs como um direito à cidadania digital. Tal cidadania, hoje está sendo considerada condição necessária à inclusão social na Sociedade do Conhecimento e da Informação. Se trabalha aqui com a hipótese de que a cidadania digital é hoje uma das várias nuances da inclusão social em uma sociedade cada vez mais cibernética. A Cibercultura, como uma das mais recentes formas de cultura nas sociedades modernas atuais, criou a necessidade de um cidadão cada vez mais hábil para o acesso ao conhecimento e à informação disponível em redes virtuais. A inclusão digital se transformou em condição fundamental para a democratização do conhecimento, que hoje cada vez mais se encontra disposto em redes virtuais conectadas por todo o mundo. Nesse sentido, pretende-se socializar preocupações comuns sobre a falta de acesso, ou o acesso restrito dos cidadãos em geral, a essas novas tecnologias e que papel pode desempenhar o Estado através da Educação no processo

de Inclusão Digital dos seus cidadãos, seja através de políticas específicas de inclusão digital seja através da Escola, principal agência de transmissão da cultura moderna. O método de investigação aqui adotado foi basicamente o da pesquisa bibliográfica e documental que tem favorecido a análise do tema em questão por uma grande variedade de enfoques. Ao final se pode perceber que a inclusão digital parcial ou plena tem caído sobre a responsabilidade mais do cidadão do que do Estado, comprometendo bastante esse tipo de cidadania para aquela população que não pode pagar por ela.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociedade em Rede, Cibercultura, Inclusão Digital, Inclusão Social, Cidadania Digital, Cidadão Cibernético.

### INTRODUÇÃO

Para se analisar a sociedade podemos lançar mão de vários pontos de partida. No presente artigo, se optou pela sugestão que faz Daniel Bell quando para isso a divide em três partes. Para esse autor, atualmente podemos analisar a sociedade dividindo-a em estrutura social, estrutura política e estrutura cultural. Na primeira parte podemos analisar aspectos como economia, tecnologia e sistema de trabalho. Nesse sentido, as sociedades modernas



buscam otimizar ao máximo seus recursos objetivando com isso o desenvolvimento, aspecto econômico. Na segunda parte podemos analisar aspectos relacionados à regulação do exercício do poder, é onde localizamos a esfera da participação do povo, ou seja, é a esfera onde se vive a democracia, aspecto político. E na terceira parte podemos analisar aspectos como os significados que os sujeitos atribuem a suas experiências sociais e individuais, é a esfera da realização do sujeito em sua relação com os demais, aspecto social (DANIEL BELL, 1976).

As sociedades de classes, desde suas mais remotas origens, estiveram sempre marcadas por questões que produziram desigualdades sociais, políticas e culturais entre os membros de uma mesma sociedade ou sociedades vizinhas. Por sua vez, sempre geraram injustiças de todo tipo e causaram muitos conflitos internos e externos, produzindo lutas dos povos oprimidos frente às injustiças praticadas pelas classes opressoras. Na Idade Antiga, Idade Média e Idade Moderna tivemos grandes ícones de opressão. Na Idade Antiga o Império Romano foi um ícone de opressão, já na Idade Média tivemos como ícones tanto a força da Igreja Católica quanto a força da nobreza. Inauguramos a Idade Moderna no século XV como possibilidade de uma nova sociedade e desde então lutamos por ela.

Porém, vivemos em uma sociedade capitalista imersa em suas contradições ontológicas. A primeira delas é a de pensarmos que o sistema capitalista é um sistema econômico eficaz. Pensamos que o nosso sistema político, baseado em uma Democracia liberal, é igualitário. Vivemos alimentados pela ideia de que o sistema capitalista possibilita nossa realização porque respeita nossas liberdades individuais e possibilita nosso desenvolvimento humano. Quando essas contradições são postas à prova através da realidade vivida no dia a dia a tensão emerge e os conflitos se estabelecem. Esse fato vem modelando as sociedades ocidentais pelo menos há 150 anos (DANIEL BELL, 1977).

Espantosamente, essas contradições têm dado às sociedades modernas uma condição ímpar favorável a um desenvolvimento que as fazem chegar aos nossos dias como sociedades tecnologicamente avançadas. Suas contradições se movem de modo tão complexo e inter relacionado que continuamos embebidos dessa contradição ao mesmo tempo que amargando todas as consequências não conseguimos superar tal condição. É um modelo de sociedade que conseguiu desenvolver um nível tecnológico muito avançado, mas que, ao mesmo tempo, segue um modelo de sociedade desigual com profundas injustiças sociais. Essas contradições se mostram ora de modo intenso, ora de modo atenuado como algo que muda de cor constantemente, como algo que não conseguimos enxergar com precisão, não conseguimos captar plenamente.

Nesse jogo de percepções difusas vamos disfrutando certo conforto nas atividades do dia a dia, antes muito árduas, mas que com as novas tecnologias nos facilita a vida. Ao mesmo tempo, porém, vemos que nem todos podem se utilizar do potencial tecnológico produzido pela sociedade e quando podem também o fazem de forma parcial de acordo com a condição social, política e cultural que disfrutam na sociedade. As desigualdades de consumo emergem de toda parte na relação entre países ricos

e países pobres, entre cidades mais desenvolvidas e menos desenvolvidas, sejam de um mesmo estado ou não, e entre cidadãos.

Vivemos assim um novo momento de desigualdade gerada pela falta de condições de inserção plena de todos em uma nova forma de ser e estar geradas em nossa sociedade. É uma sociedade que, tecnologicamente avançada, emprega em suas formas de produzir-se materialmente e simbolicamente as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação sem levar em conta a falta de acesso pleno de seus cidadãos a estas tecnologias. Na sociedade atual temos quase tudo conectado à internet. Estamos cada vez mais dependentes dessas tecnologias. Nosso principal problema hoje, com relação ao uso das tecnologias que estão disponíveis é não termos acesso pleno nem sabemos utilizá-las plenamente.

Essa é uma realidade presente em todas as sociedades do mundo, seja em sociedades ricas ou pobres. A questão é que nas sociedades ricas e desenvolvidas as pessoas usufruem mais dessas tecnologias devido o grau de educação que adquirem os cidadãos e devido a condição financeira que têm. Não ocorre o mesmo nas sociedades mais pobres e em processo de desenvolvimento, onde tudo ocorre de modo mais lento e precário.

Porém, se seguimos vivenciando essa realidade sem se quer compreendê-la com mais profundidade podemos cair em armadilhas que em nada nos ajudam a superar as dificuldades que se nos apresentam dia após dia. E entre elas está a dificuldade que estamos tendo de nos incluímos nessa nova forma de ser sociedade, o que nos tem feito cada vez mais amargar seus frutos nefastos nos excluindo cada vez mais. Esse artigo tem o objetivo de contribuir e de somar esforços à reflexão da atual situação de exclusão digital que traz como consequência um novo tipo de exclusão social. Um tipo de exclusão muito sutil que muitas vezes nos escapa à percepção. É um fato novo com o qual ainda não estamos familiarizados, cujos efeitos, muitas vezes imperceptíveis, vão se intensificando cada vez mais e produzindo dois tipos de cidadãos: o incluído digital e o excluído digital, que por sua vez resultará em um novo tipo de excluído social.

Para levar a cabo essa reflexão, foi exposto, ao longo do trabalho, o pensamento de três autores que descrevem o momento em que vivemos. Apesar de levarem em conta aspectos distintos em seus pensamentos sobre o tema, podemos ver como se relacionam entre si. Da relação entre o pensamento dos três autores é possível ver o que podemos criar dentro desse emaranhado de questões sobre o tema inclusão digital como necessidade para uma inclusão social efetiva em uma sociedade cada vez mais tecnologizada.

Se buscou aqui expor o pensamento de autores que tanto apontam os problemas emergentes dessa sociedade como também mostram possibilidades para nosso crescimento e desenvolvimento humano a partir de novas construções da realidade em que vivemos. Tratamos ao longo do artigo temas como “Sociedade Rede”, “Sociedade da Informação” e “Cibercultura” evidenciando como estão relacionados entre si. O objetivo foi o de evitar uma compreensão tendenciosa que leva o cidadão atual a

demonizar as tecnologias ou ao contrário fazer verdadeiras apologias sem levar em conta seus problemas.

## **SOCIEDADE REDE, SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, CIBERCULTURA E SEUS NEXOS**

O termo “**Sociedade Rede**”, como conhecemos hoje, foi utilizado pela primeira vez por Jan A.G.M. van Dijk em 1991 em seu livro “Network Society” (Sociedade em Rede-escrito em holandês e traduzido para o inglês em 1999). Trata-se de um cientista holandês que estuda a comunicação na Sociedade da Informação. É professor de “Sociologia da Sociedade da Informação” na Universidade de Twente. Foi um dos primeiros autores a tratar do fenômeno da “Sociedade Rede” e perceber suas consequências sócio comunicacionais para a exclusão digital. Neste trabalho, estamos utilizando sua segunda edição publicada em 2006.

Antes que a versão de seu livro fosse traduzida para o inglês, em 1996 o sociólogo espanhol Manuel Castells iniciou a popularização e desenvolvimento do termo a partir da publicação, em inglês, do seu primeiro livro “The Rise of the Network Society” (traduzido por Sociedade em Rede) da trilogia “The Information Age: Economy, Society and Culture” (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura) (URBANO, 2012). Manuel Castells, que também estuda o fenômeno “**Sociedade Rede**”, es sociólogo, professor de Sociologia da Universidade de Berkeley, Califórnia, Estados Unidos, e da Universidade Aberta da Catalúnia, Barcelona, Espanha, popularizou o termo.

Através de sua trilogia, popularizou vários termos que conhecemos hoje sobre o tema e entre eles o de Sociedade em Rede. Em sua obra, além de tratar de vários temas importantes, dedicou uma atenção especial às relações de poder estabelecidas nessa nova sociedade entre governo e cidadãos com relação à informação. No entanto, dizer que vivemos em uma Sociedade Rede é quase uma redundância pelo fato de que uma sociedade não existe sem uma rede de comunicação entre seus membros. A comunicação é condição para uma sociedade existir como tal e se ela é praticada por alguns membros da sociedade, os demais estarão excluídos dessa sociedade como sujeitos.

Antes mesmo de Jan van Dijk definir o que vem a ser a Sociedade Rede como conhecemos hoje, esclarece que a humanidade sempre se comunicou através de redes, portanto, “as redes de comunicação são tão antigas quanto a humanidade” (DIJK, 2006, p. 21). Essa constatação do autor nos leva a inferir que as sociedades humanas sempre tiveram na comunicação em rede seu modo privilegiado de comunicação social e desenvolvimento. Nesse sentido podemos afirmar com segurança que a sociedade rede não surgiu no final do século XX com a internet, mas que surgiu com o desenvolvimento do ato de fala dos humanos e da necessidade de comunicação social.

Historicamente inventamos formas de comunicação a curta, média e longa distâncias para atendermos nossas necessidades individuais e sociais de interação. Para as comunicações atingirem maiores distâncias utilizávamos mensageiros, fossem eles aves, objetos ou seres humanos. Porém, “No fim do segundo milênio da Era Cristã, vários acontecimentos de importância histórica transformaram o cenário social da vida humana. Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado”, o que tornou possível a sociedade atual (CASTELLS, 2002a).

O que de fato temos de novidade nesse sentido é que as redes sociais de hoje acrescentaram o aspecto virtual porque são constituídas de bits (NEGROPONTE, 1995). Foram os bits, como afirma o autor, que tornaram possíveis a comunicação eletrônica que temos hoje e, por isso, se tornaram tão rápidas e de dimensões planetárias, não se limitando aos sujeitos de uma mesma comunidade, de um mesmo bairro, de uma mesma cidade ou de um mesmo país. Chegamos assim, ao século XXI, mais próximos do que McLuhan nos anos de 1970 chamou de Aldeia Global (MCLUHAN; POWERS, 1993).

Porém, as mídias digitais não são como as mídias tradicionais, com as quais operávamos antes, elas cobram de todos nós um novo aprendizado que envolvem novas habilidades para seu domínio (DIJK; DEURSEN, 2010). Nos anos de 1970, antes mesmo de haver internet, com o uso de recursos eletrônicos, dizia McLuhan que “O homem eletrônico ao se encontrar diante de uma gama de informação simultânea, também se vê excluído cada vez mais do mundo (visual) mais tradicional e antigo. Foi submergido em uma nova forma de conhecimento, distante de sua habitual experiência ligada à página escrita” (MCLUHAN; POWERS, 1993, pp. 29-30).

O que o autor denominou como “o homem eletrônico” naqueles anos, hoje o identificamos como “o homem digital” como bem descreve Negroponte (1995), em seu livro “Ser Digital”. Seria aquele que já adquiriu não apenas habilidades para o uso de aparatos eletrônicos, mas de aparatos digitais ou que estão no processo de aquisição. Esse ser digital vai se distanciando daqueles que ainda não dominam essas habilidades porque as relações sociais agora se estabelecem marcadamente em um entrelaçamento de redes sociais: redes cara a cara, tradicionais, e redes sociais virtuais, digitais, não mais exclusivamente pelas redes sociais tradicionais. Como consequência, surge um novo tipo de excluído, os excluídos digitais, que se tornam um tipo novo de excluído social porque estão impedidos de participar como cidadão da nova “**Sociedade Rede**”.

Os recursos digitais disponíveis hoje nos favorecem a comunicação entre qualquer pessoa no planeta porque criamos uma sociedade virtual, que funciona eletronicamente, além de já dispormos de uma sociedade não virtual. Vivemos hoje através da internet em uma comunidade virtual global que exige engajamento, inserção de todos os cidadãos. Criamos com isso um Ciberespaço que funciona virtualmente originando uma Cibersociedade. Nesse sentido, a inclusão social já não se limita a

participar apenas da sociedade física, tradicional que conhecemos, mas inclui ser um cibercidadão, cujos novos modos de agir nos exige uma **Cibercultura**.

Sobre esse tema Pierre Levy escreveu que “Hoje em dia, um movimento geral de virtualização afeta não só a informação e a comunicação, mas também aos corpos, ao funcionamento econômico, aos marcos coletivos de sensibilidade, ou ao exercício da inteligência” (LÉVY, 1995, p. 7). Suas contribuições têm sido no sentido de nos alertar para as transformações pelas quais passaram nossa sociedade nos modos de informar e se comunicar a partir do final do século XX e como essa sociedade inaugurou o século XXI com modos de ser social diferentes das formas tradicionais anteriores. Para esse autor, estamos inaugurando novas formas de sermos humanos e disso não devemos nos furtar.

O que devemos fazer é apreender o virtual em toda sua plenitude e criarmos novas formas de vivermos em sociedade a partir dessa nova realidade. Devemos, portanto, compreender o que vem a ser a virtualização, devemos descobrir como podemos nos tornar mais humanos com ela e de que maneira podemos participar dela de forma ativa como protagonistas desse processo e não como espectadores ou apenas detratores do processo de virtualização pelo qual estamos passando. Com respeito a esse último ponto, o autor afirma que “... devemos distinguir, por um lado, entre uma virtualização em processo de invenção e, por outro, suas caricaturas alienantes, coisificantes e desqualificantes” (LÉVY, 1995, p. 8).

Com respeito à ideia de assumirmos um protagonismo efetivo frente às transformações por que passa nossa sociedade, alguns estudiosos sinalizam para possibilidades que emergem desse novo momento. Entre tais possibilidades se encontram a emergência de novos modos de trabalho, novas profissões, o que poderíamos considerar como uma nova forma específica de inclusão social a partir da inclusão digital que ocorre através do exercício de novas profissões próprias do espaço virtual. Nesse sentido, alerta também para o fato da desigualdade social na “**Cibercultura**” que traz como consequência a exclusão digital (LÉVY, 1999). Podemos afirmar, a partir das abordagens dos três autores citados, que a “Inclusão Digital” passou a se apresentar como uma nova condição necessária para a inclusão social na “Sociedade Rede” ou “Cibersociedade”.

Para Juan Ángel Jodar Marín, investigador espanhol profissional de Comunicação Audiovisual e professor da Universidade de Cádiz, Espanha, essa nova realidade tecnológica em que vivemos traz em si muitas novidades e oportunidades. Um novo modelo econômico que, por sua vez, demanda novas formas de produção e sociabilidade fazendo surgir novos tipos de indústrias e produtos nunca vistos antes. Assim necessita de novos perfis profissionais e de novas profissões (MARÍN, 2010). Nesse sentido, o autor nos chama a atenção para transformações necessárias no conteúdo transmitido pela escola durante os processos de formação em geral e profissional, especificamente.

## DIREITO À INFORMAÇÃO: CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA DEMOCRACIA NA ERA DIGITAL

Marc Prensky observou que nossa sociedade está composta atualmente por dois tipos de cidadãos e cidadãs. Para ele, havia emergido em nossa sociedade um grupo de “nativos digitais” que se distanciava cada vez mais do outro grupo por ele denominado “imigrantes digitais”. Na época o autor queria descrever quão diferentes se tornaram as novas gerações nascidas após a invenção dos computadores pessoais, da internet, dos jogos eletrônicos e dos celulares de última geração e quão inadequada havia se tornado a educação oferecida por seus professores, os “Imigrantes Digitais”, até então (PRENSKY, 2001a).

Afirmava o autor que as crianças que nasceram na segunda metade da década de 1990 tinham uma forma de aprender diferente se comparadas às gerações anteriores. Eram mais rápidas e intuitivas, bem ajustadas às novas tecnologias, consequência de estas já terem nascido em um entorno propício, um entorno virtual e digital. Para o autor, isso foi possível na medida em que essas crianças foram interagindo com os recursos digitais em seu entorno modelando suas atividades cerebrais. Elas já não processam informações como seus professores ou seus pais, os “Imigrantes Digitais”, que ao contrário das crianças, são analógicos por isso aprendem pensando, analisando e por isso são mais lentos e menos intuitivos no manuseio das tecnologias digitais (PRENSKY, 2001b).

Apesar de Prensky ter recebido críticas com relação à falta de precisão conceitual dos dois termos criados por ele, tais termos, serviram de alerta a todos os educadores e pais imersos nessa nova realidade social. Compreendeu-se que Prensky tinha razão em enfatizar as diferenças que percebia na forma de atuar dos novos alunos e dos velhos professores. A Educação e os Educadores de todo mundo onde há o emprego massivo de tecnologias digitais ficaram cientes de que tinham que mudar a forma de educar os chamados “Nativos Digitais”. Mas como? A partir desse momento os denominados “Imigrantes Digitais” foram tomando consciência da falta de formação profissional em TICs para atuar no processo de ensino aprendizagem de modo mais condizente com as novas necessidades.

Por outro lado, a desigualdade com respeito ao acesso e ao uso das tecnologias digitais na Era Digital estudada desde o início da década de 1990 por Jan van Dijk é um fato e ficou conhecida como “Digital Divide”. O conceito trata da distância que vai se estabelecendo entre aqueles que podem disfrutar tais tecnologias dos que não podem. Na primeira década do século XXI o tema da desigualdade continuou sendo estudado e denunciado, ganhando novos contornos na “Sociedade Rede”. Um desses contornos foi com respeito ao direito à Informação como fundamento de exercício da cidadania nessas sociedades, tema de que se ocupou o presente artigo: a garantia de uma cidadania digital se tornou condição para o alcance de uma nova cidadania social.



Nesse sentido, uma das contribuições de Manuel Castells (2002b) para o estudo do tema foi com respeito aos riscos da manipulação da informação na “Sociedade em Rede”. Afirma o autor que com o uso da TICs foi aumentada consideravelmente a intensidade de manipulação da informação e as relações de poder estabelecidas por parte dos governos com relação aos seus cidadãos. As possibilidades de deturpação da informação é um fato vivenciado em todo o mundo. Assim, o fenômeno inclusão/exclusão e direito à informação de qualidade, formam aspectos de uma mesma realidade: a Democracia Digital (HACKER; DIJK, 2000).

Assim, autores de todo o mundo tem se preocupado com o tema estudando-o, e, apesar de atribuir-lhe nomes diferentes de acordo com cada país, todos têm a mesma problemática em comum: a preocupação com a garantia de acesso a TIC pelo cidadão comum. Termo conhecido como “Digital Divide”, nos países anglo-saxões, “Brecha Digital”, nos países de fala espanhola e no Brasil com nomes variados. Isso porque a complexidade do fenômeno e do Brasil, especificamente, faz com que os nomes que se lhe dão estejam diretamente relacionados com o aspecto abordado pelos pesquisadores brasileiros. Nesse sentido trabalhamos com termos tais como: Inclusão Digital, Exclusão Digital, Info inclusão, apenas para citar alguns.

## CONCLUSÕES

Podemos afirmar a partir do exposto que a inclusão social hoje demanda maior complexidade que em décadas anteriores na medida que a inclusão digital passou a ser indispensável para podermos desfrutar tudo o que as sociedades tecnologicamente avançadas propiciam. É a Inclusão Digital, em grande medida, responsável pela participação efetiva dos cidadãos e cidadãs na sociedade atual, denominada “**Sociedade Rede**” por uns, e por outros, “**Sociedade da Informação**”, “Sociedade do Conhecimento” e “**Cibersociedade**”. Apesar de nem todos estarem em condições iguais de realizar essa inserção de imediato como já foi apresentado.

O que podemos considerar sobre o que foi exposto nesse trabalho é que apesar do termo “Digital Divide” não ter uma tradução literal para o Brasil, nem por isso deixa de ser sentido e analisado. Nem sempre um termo traduzido guarda consigo no idioma traduzido seu sentido exato, porém a exatidão do sentido da desigualdade contida no fenômeno é compreendida em todas as línguas no mundo e por isso estudada e combatida. Seus efeitos nefastos que atentam contra a participação de modo igual por todos os cidadãos na “Sociedade Rede” são consequências de nosso modelo de sociedade, capitalista e pseudo inclusiva, que por isso tem enfrentado o problema da inclusão digital porque não é uma sociedade para todos, mas para poucos.

O Estado através da Educação tão pouco tem favorecido o processo de Inclusão Digital dos seus cidadãos. Não cria as condições necessárias para esse fim deixando que cada cidadão seja responsável por seu próprio processo de Inclusão Digital. O

estado não cria políticas específicas para favorecer o processo de Inclusão Digital. A Escola, principal agência de transmissão da cultura moderna, não está sintonizada com as novas demandas de educação e falha na falta de oferta de uma educação compatível com a Era Digital.

Ao final, vemos que resta ao cidadão, devido a ausência do estado no combate à Exclusão Digital, se tornar responsável por sua própria Inclusão Digital, como já vem fazendo com dificuldades de toda natureza, dificuldades com infraestrutura e boa condição financeira para adquirir aparatos de tecnologia atualizada. O cidadão comum tem que superar sozinho obstáculos de acesso e uso das TICs por falta de um governo que zela pelos cidadãos do país que governa. Esperamos que essa realidade vá sendo denunciada cada vez mais para que, quem sabe um dia, possa mudar para melhor.

## REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede: a era da informação-economia, sociedade e cultura-vol.1. 6. ed.

São Paulo, Brasil: Paz e Terra, 2002a. CASTELLS, M. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 2002b.

DANIEL BELL. Introducción. En: El advenimiento de la sociedad post-industrial: un intento de prognosis social. Madrid, España: Alianza Editorial, 1976. p. 17-65.

DANIEL BELL. Prefácio. En: Las contradicciones culturales del capitalismo. Madrid, España: Alianza Editorial, 1977.

DIJK, J. VAN. The Network Society: Social Aspects of New Media. 2<sup>a</sup> ed. London: Sage Publications, 2006.

DIJK, J. VAN; DEURSEN, A. VAN. Traditional media skills and Digital media: much of a difference? ICA Conference. Anais...Sigapura: 2010 Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/228982382>>

HACKER, K. L.; DIJK, J. VAN. Introduction and History: what is Digital Democracy? En: Digital Democracy: issues of theory and practice. London: Sage Publications, 2000.

LÉVY, P. ¿Qué es lo virtual? Buenos Aires, Argentina: Paidós, 1995.

LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo, Brasil: Editora 34, 1999.

MARÍN, J. Á. J. LA ERA DIGITAL: nuevos medios, nuevos usuarios y nuevos profesionales. Razón y Palabra-Estudios cinematográficos: revisiones teóricas y analisis, n. 71, 2010.

MCLUHAN, C.; POWERS, B. R. Aldea Global. 2<sup>a</sup> ed. Barcelona, España: Editorial Gedisa, 1993.

NEGROPONTE, N. Ser digital. Buenos Aires, Argentina: Editorial Atlantida, 1995.

PRENSKY, M. Digital Natives, Digital Immigrants Part I. On the Horizon, v. 9, n. 5, p. 1-6, 2001a.

PRENSKY, M. Digital Natives, Digital immigrants Part II: Do they really think differently? On The Horizon, v. 9, n. 6, p. 1-6, 2001b.

URBANO, E. S. Telecentros: Artefactos de innovación al servicio de la democracia en la sociedad red. Revista Chilena de Administración Pública, v. 19, p. 103-137, 2012.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-033-9

